REVIRAVOLTA NO JUDICIÁRIO

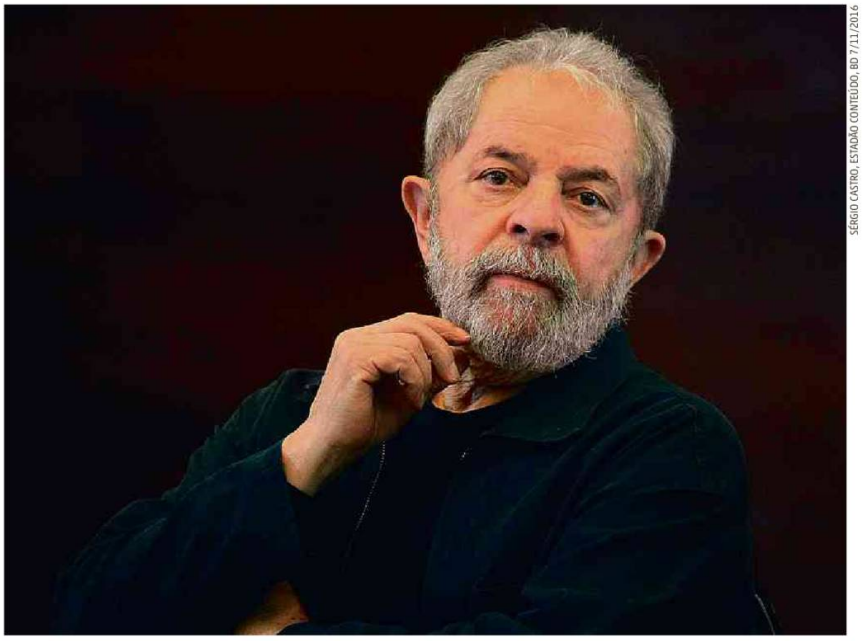
Fachin anula condenações de Lula na Operação Lava-Jato

PGR vai recorrer de despacho de ministro no qual aponta falta de competência legal para Vara de Curitiba julgar os processos

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem anular as condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Lava-Jato. No despacho, o ministro entendeu que a 13ª Vara Federal em Curitiba não tinha competência legal para julgar as acusações em quatro operações – triplex do Guarujá, sítio de Atibaia, sede do Instituto Lula e doações da Odebrecht.

Com isso, por enquanto, o ex-presidente fica sem restrições na Justiça Eleitoral, volta a ter seus direitos políticos e está elegível para disputar um cargo público. Lula foi impedido de se candidatar em 2018 porque estava condenado em primeira e segunda instâncias no caso do triplex. Ele ficou preso por 580 dias em Curitiba, até o STF alterar a jurisprudência a respeito da prisão após condenação em segunda instância.

Pela decisão de Fachin, ficam anuladas as condenações nos casos do triplex do Guarujá, com pena de oito anos e 10 meses de prisão, e do sítio em Atibaia, na qual Lula recebeu pena de 17 anos de prisão. Os processos deverão ser remetidos para a Justiça Federal em Brasília para nova análise do caso. A designação do magistrado deverá ser feita por sorteio, em distribuição automática.



SÉRGIO CASTRO, ESTADÃO CONTEÚDO, BD 7/11/2016

Decisão do STF não tem relação com as provas contra ex-presidente, mas sim com o local de julgamento

Mérito

Conforme o ministro, o habeas corpus, impetrado pela defesa de Lula em novembro de 2020, apresenta, pela primeira vez, teses e precedentes sobre a competência da 13ª Vara. A decisão de Fachin tem caráter processual – não houve análise do mérito das condenações. "Embora a questão da competência já tenha sido suscitada indiretamente, é a primeira vez que o argumento reúne condições processuais de ser examinado, diante do aprofundamento e aperfeiçoamento da matéria pelo Supremo Tribunal Federal", diz o texto da nota do ministro.

Em despacho de 46 páginas, Fachin apontou que, na ação penal do triplex, o único ponto de "intersecção entre os fatos narrados" na denúncia contra Lula e a competência de Curitiba foi o pertencimento do grupo OAS ao cartel de empreiteiras que atuava de forma ilícita nas contratações da Petrobras. Ao estender a decisão para as outras três ações penais, o ministro afirmou que existem os mesmos problemas.

Em nota, a defesa de Lula disse que recebeu o ato com "serenidade" e que o despacho está "em sintonia com tudo o que sustentamos há mais de cinco anos na condução dos processo". Também ressaltou que a decisão "não tem o condão de reparar os danos irremediáveis causados pelo ex-juiz Sergio Moro e pelos procuradores da 'lava jato' a Lula, ao sistema de Justiça e ao estado democrático de direito".

A Procuradoria-Geral da República (PGR) informou que vai recorrer da decisão de Fachin. O recurso será preparado pela subprocuradora-geral Lindôra Maria de Araújo, braço direito do procurador-geral Augusto Aras e responsável pelos processos da Lava-Jato no STF. O agravo será endereçado à 2ª Turma da Corte, que tem na sua composição, além de Fachin, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia e Nunes Marques. Em caso de manutenção da decisão de Fachin pelo colegiado, ainda caberia recurso ao plenário.

Plenário

Fachin está planejando levar ao plenário da Corte, composto pelos 11 ministros, o recurso da PGR. O gabinete do ministro informou também que a decisão do ministro Fachin de remeter do Paraná ao DF as ações penais de Lula deve ser cumprida mesmo antes do julgamento do recurso, que está em elaboração na PGR.

Para o pós-doutor em Direito Penal e professor da PUCRS, Marcelo Peruchin, dificilmente a conclusão do julgamento dos recursos ocorrerá antes do fim de 2021.

– Esses recursos levam de 60 a 120 dias para serem julgados, em média, pelas turmas. Dificilmente, terá conclusão dessa matéria até setembro, outubro. A não ser que haja uma medida de urgência. E no plenário, dificilmente antes de dezembro – projeta Peruchin, que considerou ser "imprevisível" estimar uma decisão do plenário.

No meio jurídico, o que se comenta é que o vazamento dos diálogos entre procuradores da República que integram ou integravam a Lava-Jato com o então juiz Moro pode ter provocado mudança de posição de alguns ministros em relação aos processos resultantes da força-tarefa.

Já a assessoria de imprensa do Ministério Público Federal do Paraná, que apresentou as denúncias, não se manifestou.

As provas contra o ex-presidente não serão necessariamente anuladas após a decisão. O entendimento é do advogado Alberto Rollo, em análise na BandNews TV:

– Os atos processuais poderiam ser aproveitados, principalmente os atos de coleta de provas.

Outro especialista avalia a decisão de Fachin como acertada.

– O primeiro dos critérios para determinar jurisprudência é o local onde ocorreu o fato – explica o doutor em Direito Penal pela USP, Antonio Tovo.

GZH

Íntegra da decisão de Fachin em **gzh.rs/fachindecide**

Decisão tenta preservar Sergio Moro

Em sua decisão, o ministro Edson Fachin também declara a "perda do objeto" de outros 14 pedidos da defesa de Luiz Inácio Lula da Silva. Ou seja, esses processos não precisarão mais ser julgados pela Corte. Entre eles, está o que questiona a suspeição do ex-juiz Sergio Moro – ou seja, que avalia a conduta e imparcialidade dele ao longo do julgamento do petista.

Caso Moro fosse julgado imparcial, a tendência seria que as condenações contra Lula também fossem anuladas. E esse resultado enfraqueceria ainda mais a Lava-Jato. O julgamento sobre a suspeição de Moro começou em dezembro de 2018 e a previsão é de que ocorresse ainda no primeiro semestre deste ano. Por isso, alguns juristas apontam que a decisão de Fachin foi uma forma de tentar preservar outras condenações e a credibilidade da operação.

No entanto, conforme a colunista da Folha de S.Paulo Monica Bergamo, integrantes da 2ª Turma do STF, onde tramita o processo contra Moro, pretendem manter a análise sobre a atuação do ex-juiz nas ações que envolvem Lula. A palavra final sobre o arquivamento do processo ou não é dos ministros da 2ª Turma. Críticas sobre a conduta de Moro se intensificaram após o vazamento de conversas do então juiz e integrantes da operação.

Ao jornal Folha de S.Paulo, o ministro Marco Aurélio afirmou que há "orquestração para desqualificar Moro, que tem uma folha de bons serviços" prestados. O decano do STF disse que faz essa análise no geral devido ao atual contexto, e não "da parte do ministro Edson Fachin". Marco Aurélio elogiou Moro e disse que ele errou quando deixou a magistratura para se tornar ministro do governo de Jair Bolsonaro. O ministro também disse que as pessoas estão vendo "chifre em cabeça de cavalo" em relação ao vazamento de mensagens trocadas pela Lava-Jato.